

## PARTE I

### O NEO-REALISMO E SEUS CONDICIONANTES

*Penso que fora do contexto social do  
lugar e do tempo não há obra literária que se  
compreenda na raiz.*

Alves Redol<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> REDOL, Alves. “Prefácio”. In: \_\_\_\_\_. *Gaibéus*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1969 p. 36

## 2

### O ambiente sócio-político

Pensar um movimento artístico em sua amplitude faz com que necessitemos, dentro de todas as limitações impostas, definir pontos específicos a serem abordados para que, consigamos sistematizar momentos-chave de inserção, consolidação e enfraquecimento. Nesse sentido, tentar entender como se estruturava o ambiente político, econômico e cultural do período de introdução de uma nova forma de pensamento se faz de crucial importância para que, consistentemente, se consiga perceber quais foram os condicionantes que permitiram inserir o *novo* no contexto do já *estabelecido*.

Desse modo, tendo o neo-realismo como foco, a busca por um entendimento das nuances administrativas e dos parâmetros ideológicos estabelecidos pelos governos no início do século XX é, sem dúvida, uma estratégia altamente produtiva no que diz respeito à compreensão do *establishment* artístico da época. Sabendo-se que toda manifestação artística influencia e é influenciada pelo contexto histórico-social onde se insere, o estudo de um viés mais político acaba por ser uma via de mão dupla, e através dele podemos recuperar ou mesmo projetar resquícios ideológicos que fundamentaram as atitudes e os comportamentos dos grupos dominantes.

Nesse sentido, ao se tentar compreender os caminhos político-econômicos percorridos por Portugal desde o início do século XX até a década de 1930, período em que encontramos as primeiras manifestações neo-realistas, percebemos que o país atravessou inúmeras crises que, de forma sistêmica, foram delineando o perfil político-econômico do país. Através de suas decisões políticas, aos poucos, entendemos como as relações de dependência e autonomia internacionais, bem como o pouco interesse pelo desenvolvimento nacional foram se construindo ao longo dos anos, permitindo a compreensão dos parâmetros que se instituíram na arte no limiar da terceira década do século XX.

## 2.1.

### As duas primeiras décadas do século XX

No início do século XX, Portugal enfrentava uma posição inconvenientemente contraditória no contexto político-econômico da época. Ao mesmo tempo em que se configurava como uma potência colonizadora, sendo um forte pilar das estruturas imperialistas mundiais, Portugal via-se, ainda, profundamente vinculado a uma política externa que se desenvolveu e se consolidou no fim dos oitocentos, configurando-se por uma estrutural dependência da Grã-Bretanha. Nesse sentido, em um universo marcado pela preponderância das nações imperialistas, Portugal ocupava um lugar ambíguo, onde se constituía centro e, concomitantemente, periferia. Segundo Fernando Rosas:

país dominado, é também co-participante e intermediário da exploração colonial por parte das economias nucleares do sistema, remetendo-o esta situação particular para uma semi-marginalidade ou para uma “primeira periferia” na rede mundial das trocas.<sup>2</sup>

Essa dúbia relação econômica se deu devido a fortes interesses das grandes oligarquias agrárias que intencionavam combater a crise comercial e financeira do início do século sem ter a necessidade de alterar as relações tradicionalmente alinhavadas com os britânicos. Nesse sentido, garantiam, sem grandes transformações, mercados à indústria e à agricultura sem ter que realizar uma reforma agrária e sem fechar o mercado nacional à economia inglesa.

Essa situação havia se configurado a partir de uma relação básica de trocas entre nações que se encontram em níveis diferentes de industrialização, configurando uma relação típica de dependência: Portugal, menos desenvolvido, exportava produtos agrícolas e algumas matérias-primas e minerais para a ilha inglesa e importava produtos manufaturados e determinadas máquinas para a pequena indústria.

Porém, esse cenário parecia não se sustentar com o advento da crise do fim do século. Inúmeras circunstâncias políticas e econômicas pareciam proporcionar uma guinada nas relações comerciais de Portugal. Com a quebra do sistema

---

<sup>2</sup> ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p 55

financeiro português que impedia a manutenção de um forte fluxo importador, a queda significativa das exportações e, ainda, a humilhação do *Ultimatum*, desenhava-se um ambiente econômico e ideológico propício para uma tomada de decisão que buscasse uma solução de base nacionalista. Apesar desses elementos estarem conspirando para uma alternativa ao sistema estacionário que se configurava em Portugal, dois problemas de cunho econômico e político se estabeleciam. Para abandonar esse modelo de base agrária e conservadora, Portugal teria que, em primeiro lugar, criar um público consumidor interno e, para isso, deveria reorganizar seu sistema de produção agrícola, acabando com a mão-de-obra barata dos campos que se configuraria como potenciais consumidores da produção interna, quebrando com a tradicional estrutura da oligarquia rural. Além disso, para uma efetiva consolidação da indústria nacional, regras de proteção ao mercado interno deveriam ser confeccionadas para que houvesse uma verdadeira substituição de consumo dos produtos estrangeiros pelos nacionais, afetando diretamente os interesses comerciais ingleses.

Dentro desse contexto, para que não se construíssem rupturas severas, a burguesia portuguesa decidiu escoar seus excedentes nas colônias e manter as estruturas já consolidadas. Essa escolha do mercado colonial fez com que o país esquecesse o investimento no mercado interno e se submetesse às condições de uma industrialização limitada, não reformulando sua estrutura agrária e mantendo as relações de dependência com a economia britânica. Um mercado rentável se estabeleceu, porém uma economia condicionada permanecia, correspondendo aos interesses exploratórios dos ingleses que ganhavam mais uma possibilidade de mercado nas colônias lusas, intermediados por seus parceiros Portugueses.

É de fácil percepção que, neste momento, Portugal opta por desenvolver uma industrialização limitada, porém auto-sustentável e, dentro do contexto em que se insere o desenvolvimento econômico do país, representa um avanço nas relações de dependência internacionais. Temos, portanto,

um crescimento subordinado à dependência da Grã-bretanha e deformado pela "muleta" colonial, estruturalmente condicionado e desequilibrado por estes dois fatores, mas capaz de desenvolver forças e potencialidades durante o primeiro quartel do século XX nos espaços que abriu ou lhe foram abertos por conjunturas internacionalmente favoráveis(...)<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 57.

Nessa esteira, Portugal, que iniciava um processo de relativa independência, com o passar dos anos e o surgimento de uma nova lógica internacional, com a eclosão da I Guerra, conseguiu, observando as necessidades internacionais, voltar sua produção para os “buracos” deixados pela escassez de produção. Com o intuito de produzir certos produtos que, devido ao conflito mundial, estavam escassos, além de fornecer, aos países envolvidos no confronto, os materiais que suas economias bélicas não permitiam a produção, Portugal assistiu a um crescimento industrial desorientado que, nitidamente, só se estabeleceria enquanto houvesse uma conjuntura atípica de guerra. Com o fim do conflito mundial e sem uma estrutura pensada e planejada para, de fato, sustentar uma economia que crescia, Portugal viu suas antigas relações de dependência comerciais se restabelecerem e uma crise de superprodução e de acúmulo de maquinário instaurara-se na indústria. Sem uma política que abarcasse a nova realidade em que se inseria, Portugal adentra a década de 1930 com um panorama de crise que se estabelecia como uma constante nessas últimas duas décadas e pedia uma intervenção maior por parte do Governo.

## **2.2.**

### **A década de 30 e a consolidação do Estado Novo**

Nos anos introdutórios da década de 30, Portugal mostrava-se, ainda, marcadamente um país de economia agrária. Os poucos investimentos na economia nacional, nos processos de industrialização e comércio do país, faziam de Portugal uma nação pouco alinhada às grandes potências européias. Após o efêmero avanço da economia industrial no período da I Guerra, o país encontrava-se novamente alijado do sistema produtivo internacional e comprometido contundentemente com a economia inglesa.

Após a crise internacional de 1929, devido ao fato de não possuir intensas relações de comércio exterior, Portugal acabou sentindo os efeitos da depressão tardiamente. Já capitaneada pelo braço firme de Salazar, a economia lusitana atravessou de modo relativamente rápido o conturbado cenário, não sendo atingida pela crise de forma contundente.

Desde o golpe militar em 1926, uma nova política vinha se construindo em Portugal. Com todas as instituições governamentais sob controle total dos militares, uma série de medidas voltadas para uma política econômica de base agrária e, portanto, contrária a um processo de industrialização do país vinha sendo adotada. A partir de 1928, com Salazar assumindo a pasta das finanças, essa estrutura é ratificada, consolidando-se em 1933, com o advento do Estado Novo. Com esta política, Portugal estabelece uma lógica capitalista diferenciada, apoiando e legitimando uma estrutura político-econômica ruralista e patriarcal. Atendendo aos interesses dos grandes produtores rurais, Salazar recebe o apoio da aristocracia latifundiária e contribui para a histórica estagnação do processo de industrialização português. O historiador Fernando Rosas, sobre esta questão, afirma que:

As razões desta situação de “subdesenvolvimento histórico” ter-se-iam exactamente acentuado nos anos 30 com aquilo que A. Castro define como a característica de fundo da política económica salazarista: o congelamento e protecção das estruturas e dos grandes interesses agrários, especialmente dos ligados à vinha e ao trigo. Esse predomínio do mundo rural explicaria, entre outras razões, o peso da política tradicional de contenção da industrialização até o fim da guerra, assim reforçando o “ruralismo e patriarcalismo”.<sup>4</sup>

Apesar de toda essa conjuntura e adentrando um cenário extremamente deficitário, o novo regime, rapidamente, conseguiu impor uma política severa que, de forma sistemática, organizou e estabilizou, dentro de seus limites, a economia e, consequentemente, ganhou prestígio e confiança popular:

Sua política ortodoxa reduziu os desequilíbrios macroeconômicos e garantiu-lhe a popularidade que outros governantes europeus conquistaram, à mesma época, em razão de políticas de estabilização monetária e de estímulo ao emprego.<sup>5</sup>

Com um programa de atuação bem definido, o Estado Novo estabeleceu-se a partir de uma política totalizante que se definiu por agir, concomitantemente, em três frentes distintas e complementares. No intuito de consolidar-se como regime, Antonio de Oliveira Salazar conseguiu estruturar seu governo através da imposição de uma “arquitetura institucional”, de um discurso ideológico firme e

<sup>4</sup> ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p- 30.

<sup>5</sup> SECCO, Lincoln. “Uma conjuntura longa”. In: *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004, p-53.

de uma política econômica bem definida. Nessa lógica, o modelo organizacional do Estado Novo trabalhou no intuito de alcançar, basicamente, três objetivos:

A ‘ordem nas ruas’ – isto é, a instauração de um Estado forte, capaz de proceder à liquidação das instituições liberais e à desarticulação do movimento operário ainda ameaçador para a capacidade de acumulação de uma burguesia débil e em crise; a estabilização da moeda através do equilíbrio orçamental, condição básica de um programa de reanimação econômica interna variamente concebido; e o apelo à intervenção econômica do Estado para acudir à situação crítica de certos setores econômicos (por exemplo, os ligados às exportações), ainda que tal intervenção fosse concebida de maneiras e com propósitos muito diversos consoante quem a reclamava.<sup>6</sup>

Com medidas capazes de atuar em diferentes frentes, o Estado Novo estabelece-se como o real representante da prosperidade portuguesa e, após a morte de D. Manuel, ex-rei de Portugal, o novo regime se vê pronto a dar um novo passo. Um novo texto constitucional é redigido, consolidando de vez a nova política. Um *Estatuto do Trabalho Nacional* é criado, novas medidas de organização do Estado Corporativo são efetuadas e, como golpe final, são proibidos os partidos políticos, as sociedades secretas e as associações sindicais. Finalmente, todos os setores estão, efetivamente, controlados e as contrariedades ideológicas oficialmente abafadas.

É importante ressaltar que, todo esse arcabouço de mudanças políticas, econômicas e ideológicas só foi possível devido ao quadro débil em que se encontrava a economia portuguesa. Com a classe dominante insatisfeita e desestruturada, o Estado Novo não encontrou resistência visto que:

a realidade de uma burguesia fragmentada, sem forças intestinas claramente capazes de conservar uma situação ou de impor para ela um modelo alternativo, debatendo-se numa crise econômica grave, apelava à arbitragem *super partes* de uma entidade que pudesse interpretar os interesses da classe dominante como um todo e proceder à composição e equilíbrio dos vários objetivos e estratégias sociais em presença. (...) É este tipo de situação que viabiliza o surgimento de um poder político como o Estado Novo, dotado de elevado grau de autonomia e de autoridade relativamente à sua base social de apoio, e que explica a importância do papel nele desempenhado por Oliveira Salazar.<sup>7</sup>

Nesse contexto, a década de 1930 representou um período de contundentes transformações em Portugal. Resumidamente, notamos que da virada da segunda

<sup>6</sup> ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p-117-118

<sup>7</sup> *Ibid.*, pp-121-122

para terceira década do século XX até o término da mesma, uma confluência de condicionantes externos e internos marcaram objetivamente as tradicionais relações que se estabeleciam em Portugal e propiciaram as mudanças políticas e econômicas que culminaram no novo regime que se consolidou. A crise econômica, atravessada por Portugal desde a virada do século até o final dos anos vinte, caracterizou-se por uma conjuntura de dependência e atraso. Criou-se uma classe dominante enfraquecida, incapaz de impor um discurso hegemônico que conduzisse econômica e politicamente a sociedade dentro de uma estrutura liberal. Essa crise, portanto, impôs a necessidade de uma nova forma de governo e é desse modo que:

o Estado Novo e os seus variados instrumentos de intervenção - muito especialmente a organização corporativa - representam, na sua marcada autonomia e autoridade, a materialização da política de arbitragem, recuperação e equilíbrio entre os grupos sociais dominantes que a situação a estes impunha.<sup>8</sup>

Na década de 30, Portugal encontra no salazarismo uma política de governo capaz de engendrar, mesmo que à custa de um desenvolvimento global modesto, um modelo de desenvolvimento sólido. Claramente, percebemos a existência de:

uma política econômica básica, enquadradora, relativamente coerente e consensual definida e desenvolvida com o advento do salazarismo. Assenta na estabilidade monetária obtida pelo equilíbrio orçamental; na proteção dos mercados interno e colonial para a produção nacional, tendencialmente substitutiva das importações; no apoio às exportações tradicionais; no estímulo às atividades produtivas (...) e na reanimação da exploração colonial.<sup>9</sup>

### 2.3.

#### O desenrolar das décadas

A política instaurada por Salazar aos poucos foi tomando corpo e, conseqüentemente, passou a causar insatisfação na sociedade. Tendo como base um partido único - a União Nacional -, aliada a uma estrutura ditatorial severa, o

---

<sup>8</sup> *Ibid.*, p279

<sup>9</sup> *Ibid.*, p-281

governo de Salazar assistiu a inúmeras tentativas de golpe e manifestações que fez seu governo investir fortemente numa estrutura repressiva capaz de sufocar e, portanto, dissolver possíveis dissidências.

O regime procurou controlar todos os setores da sociedade, construindo uma estrutura governamental integrada, onde organizações civis e militares agiam em conjunto na manutenção da “ordem social” e na propagação e divulgação dos ideais salazaristas:

A ditadura lusitana baseava seu aparato repressivo nas forças armadas, na Polícia Interna e da Defesa do Estado (Pide), na Polícia de Segurança pública (PSP), na Guarda Nacional Republicana (GNR) e na Guarda Fiscal (aduaneira). Politicamente, o país era governado por uma Assembléia Nacional e uma câmara corporativa, ambas eleitas, mas só um partido existia legalmente, a União Nacional. Da assembléia emergia um conselho de Ministros, chefiado por Salazar. Havia também um presidente da República com poderes decorativos de chefe de Estado.

A base civil(...)abrangia vários grupos ideológicos de apoio, os quais combinavam muitas vezes funções de propaganda e organização da sociedade em apoio a Salazar com intimidações, perseguições, espionagens, delações, agressões e tudo o que pudesse auxiliar o aparato repressivo;(...) A Igreja Católica difundia a ideologia da ordem, do *status quo*, da noção de dilatação da fé e do império como fatos coligados e indissociáveis(...) <sup>10</sup>

Salazar, pouco a pouco, foi, de primeiro ministro “salvador”, transformando-se em ditador e, conseqüentemente induzindo o fortalecimento de seu regime. O economista, gradativamente, passou a tomar conta de outros setores e, já em 1936, além do ministério das finanças, tinha em suas mãos a chefia do Governo e as pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros.

Este sistema manteve-se de pé e sem maiores sobressaltos até a década de 1960, período em que o governo do professor Oliveira Salazar enfrentou uma de suas piores crises. Segundo Fernando Rosas, os anos sessenta foram decisivos no que concerne a uma reavaliação teórica desta política por parte das diversas correntes oposicionistas. Inúmeros fatores, tanto de ordem interna quanto externa, convergiram para uma nova tomada de postura por parte da oposição:

No ambiente de crise de valores que foi o dos anos sessenta, questões como a eclosão das guerras coloniais, o agravamento da contestação interna e externa ao regime, a emergência, também em Portugal, de dissídios ideológicos no campo político-doutrinário afecto ao P.C.P. na sequência do cisma sino-soviético, o “Maio de 68” em França, a invasão da Checoslováquia, foram impulsionadores

<sup>10</sup> SECCO, Lincoln. “Uma conjuntura longa”. In: *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004, p-55.

de um importante debate teórico no interior do país, tendo por veículo publicações como *O Tempo e o Modo*, a *Seara Nova* ou o *Vértice* – a despeito das condições da Censura – e também no estrangeiro, quer pela pena de intelectuais portugueses exilados, quer pelas contribuições de alguns autores estrangeiros estudiosos da realidade portuguesa.<sup>11</sup>

Essa década foi, portanto, palco de diversas revoltas, fazendo com que o governo assistisse ao início de sua ruína. Os movimentos estudantis deflagraram as grandes manifestações, sempre reprimidas com a força policial. Conflitos instalaram-se em suas colônias e o Império de Ultramar, que era uma das bases de sustentação do regime, transformou-se em um de seus maiores problemas:

O problema principal fora agora transferido da Metrópole para o Ultramar, onde as revoltas africanas, os actos de terrorismo e a participação estrangeira preocupavam toda a gente. Começaram guerrilhas na Guiné (1963) e em Moçambique (1964), além das de Angola, efectivas desde 1961. Em Macau, os Comunistas impuseram a sua vontade (1966), embora tolerando uma soberania portuguesa teórica. Aumentou o número de anos de serviço militar obrigatório, intensificando-se o recrutamento. O problema colonial serviu também para isolar Portugal dos outros Estados, particularmente do seio das Nações Unidas.<sup>12</sup>

Vários grupos anti-regime surgiram nesta década e como reação o maquinário repressor do Estado intensificou suas ações. Tanto a Pide, quanto a Censura passaram a agir de forma mais ativa, reprimindo severamente os opositores.

Em 1965, o general Humberto Salgado, ex-candidato à presidência e, portanto, forte opositor ao governo, é assassinado, numa ação conjunta entre as polícias portuguesa e espanhola, ao tentar entrar no país pela fronteira da Espanha e, em 1968, Mário Soares, chefe da oposição, é deportado. Estes fatos serviram para agravar a situação de crise e manchar a imagem do regime tanto em Portugal quanto no exterior.

O governo, que buscava abrandar a crise através da repressão, viu-se fragilizado com toda esta conjuntura e, com o afastamento de Salazar do poder em 1968, assistiu ao fortalecimento da oposição que, capitaneada pelo partido comunista português, vislumbrava uma ação revolucionária capaz de mudar o sistema.

<sup>11</sup> ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, pp-28-29.

<sup>12</sup> MARQUES, A.H. de Oliveira. “O Estado Novo”. In: *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2006, pp-638-639.

## 2.4.

### O discurso do Estado Novo

Muito utilizado por governos fascistas, a imposição ideológica através da manutenção de um discurso único e homogêneo, onde a supressão de opiniões contrárias ao regime faz-se de maneira sistemática, leva-nos ao encontro de uma estrutura complexa de dominação. Ao escolher previamente os discursos que devem ser aceitos e, de antemão, evitar o embate de ideias, percebemos que o processo retórico de construção de enunciados ganha uma significação, no mínimo, particular. Nessa política, enunciados são impostos e um conjunto organizacional regula quem pode ter voz e como os discursos devem se desenvolver nesse sistema, acabando por nos aproximar de um processo que Foucault chamou de “rarefação dos sujeitos que falam”: “trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim não permitir que todo mundo tenha acesso a eles”.<sup>13</sup>

Em Portugal, esse processo de “rarefação” estava diretamente ligado à política repressiva do governo ditatorial de Salazar. Os mecanismos de repressão e censura eram fortemente utilizados para suprimir vozes contrárias ao regime. Todas as ferramentas possíveis eram utilizadas para se construir um discurso totalizante que justificasse sua política. Todo o maquinário do Estado era movimentado, desembocando num sufocante e intimidador sistema que tinha na manutenção do silêncio um de seus principais pontos de apoio. Houve um esforço em levar a público apenas uma verdade e trabalhá-la como o mais puro reflexo da realidade. Um forte aparelho repressivo se consolidou nas figuras das polícias e da Censura. O Governo empenhou-se em construir um discurso através de um integrado sistema político que se empenhava em propagar uma ideologia favorável ao Regime, de forma que a população internalizasse as prioridades do Governo como necessidades coletivas. Tanto a Igreja, quanto entidades civis empenharam-se em disseminar um discurso que legitimasse a política de Salazar. Neste sentido, entendemos como um arcabouço de mecanismos se unia no intuito

---

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, p-36.

de legitimizar o discurso Estatal. Sobre o uso político da ideologia, Pierre Bordieu afirma que: “as ideologias (...) servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo.”<sup>14</sup>

O discurso era único e, desta forma, qualquer tipo de ameaça era fortemente coibida. As informações eram controladas pelo Governo e não chegavam por inteiro à população. O Governo de Salazar produzia não só discursos, mas também, através da censura, “domesticava” seus cidadãos, construindo uma coletividade adepta e adaptada ao regime, que acabava por internalizar como seus os discursos oficiais, legitimando-os, portanto. Cardoso Pires comenta essa técnica do Governo:

[Salazar] empenhou-se em fazer da Censura uma sintaxe do pensamento colectivo, uma autêntica profilaxia do Estado que não visava apenas *controlar*, mas a *criar* formas de mentalidade adaptadas ao Poder<sup>15</sup>.

O Governo buscou introduzir uma aparente normalidade ao sistema, produzindo uma atmosfera forçosamente estável que mascarava a realidade.

O Estado português esforçou-se em manter uma cultura do silêncio e, neste sentido, a Censura teve papel crucial neste processo. Vemos que o Estado quis ter para si o controle da verdade e, desta forma, buscou apagar, ou pelo menos manchar, qualquer tipo de discurso contrário ao seu. Ricardo Piglia, sobre esta relação que se desenvolve entre o Estado e a linguagem, apresenta a seguinte consideração: “El Estado tiene una política con el lenguaje, busca neutralizarlo, despolitizarlo y borrar los signos de cualquier discurso crítico”.<sup>16</sup>

O Regime mostrava-se fortalecido com a ausência de argumentos contrários. A censura, no instante em que suprimia verdades, construía, com esta falta, a sua própria verdade. O Estado fortificava-se não apenas pela construção de verdades próprias, mas na subtração de vozes contrárias: “actuando por eliminação da verdade, toda censura impõe a mentira por omissão. Oficializa-a”<sup>17</sup>.

<sup>14</sup> BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico”. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p-10.

<sup>15</sup> PIRES, José Cardoso. “Visita à oficina; II-Técnica do golpe de censura”. In: *E agora, José?*. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p-163.

<sup>16</sup> PIGLIA, Ricardo. *Tres propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001, p-38.

<sup>17</sup> PIRES, José Cardoso. “Visita à oficina; II-Técnica do golpe de censura”. In: *E agora, José?*. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p-165.

A ditadura salazarista estabeleceu um profundo “Estado de mentira”<sup>18</sup>. Para melhor administrar a manutenção de sua política coercitiva, o regime procurou isolar o país e impedir o acesso às novas manifestações culturais advindas de outros países, além de, nacionalmente, perseguir artistas e intelectuais que se mostrassem contrários ou insatisfeitos com a política estabelecida. Havia um complexo sistema para impor uma conjuntura que não existia. Um Estado fictício era mostrado e todas as camadas da sociedade eram afetadas no intuito de se manter esta criação:

Silêncio, portanto, no exterior. *Pax intra muros*. Batalhões de censores à imprensa e aos espetáculos, à radiotelevisão e à publicidade comercial eram colaborados em paralelo pela vigilância da PIDE às comunicações privadas e às iniciativas culturais da Escola e da Empresa.<sup>19</sup>

Uma política dura e cerceadora de direitos se estabeleceu e uma aura de medo e desconfiança pairava sobre Portugal. Uma estrutura, aparentemente, sólida e coerente se consolidou, fazendo de Portugal uma sociedade acuada pelo sistema que se perpetuava. A ficção estatal perdurou por longos anos, fincando suas raízes no silêncio e na manutenção do medo. Mais que um regime político, construiu-se um complexo sistema capaz de, integradamente, controlar todos os setores da sociedade, impondo a força de sua política.

---

<sup>18</sup> Expressão utilizada por Cardoso Pires, que intitula um dos subcapítulos do texto “Memória descritiva” inserido no livro *E, agora, José?*

<sup>19</sup> PIRES, José Cardoso. “Visita à oficina; II-Técnica do golpe de censura”. In: *E agora, José?*. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p-164.